

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO MESQUITAPREV DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JUNHO, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS NA SALA DO MESQUITAPREV LOCALIZADA NO FÓRUM.

O Presidente Sr. Murilo Sanches, iniciou a reunião com a presença dos cinco conselheiros titulares eleitos: Marise, Waldelice, Rafael, Edilene e Vivianne, sendo a última, presidente do conselho fiscal. Não houve participação de suplentes e/ou visitantes. -----

O Presidente Sr. Murilo inicia a pauta com a devolução da RST (regime suplementar de trabalho). Explicou a forma do cálculo do imposto de Renda e o resíduo no caso das licenças. Fala da revisão para os aposentados, que está revendo os processos e que o período de referência para pagamento destes, é de outubro de 2013 a outubro de 2018 (quando foi comunicado que seria feita a devolução aos servidores da cobrança indevida). -----

Sobre a aposentadoria: Integralidade/Paridade, diz que nem sempre é vantagem ter a integralidade, só se tiver enquadramento, e neste caso, exceto a educação, nenhuma outra categoria discute a questão do plano de carreira. Quem não tem direito à imparidade, é reajustado anualmente pelo INPC, como o salário mínimo. -----

Guarda Municipal: esta categoria foi descontada como a educação, para a previdência em cima das horas extras. Será feito o levantamento e se estiver na mesma condição da educação, estes, também terão os valores devolvidos, porém, estes valores são bem inferiores aos da educação, o que facilitará a agilização desta ação. -----

Extratos bancários: Marise fala que já foram solicitados várias vezes os extratos de todas as contas, bem como os balancetes, e o presidente só tem enviado da conta da CAIXA, e que desta forma, o conselho não poderá emitir parecer favorável, uma vez que não tem acesso às contas. Marise diz que sem os balancetes o conselho não pode emitir parecer favorável. O presidente coloca que já solicitou à servidora da Previdência Nádia para que sejam emitidos os extratos de janeiro de 2019 até agora e entregues cópias dos mesmos em um envelope para cada um conselheiro. Edilene, completa informando que não tem como avaliar sem ter acesso à prestação de contas, e à toda a movimentação das contas, bem como os balanços do instituto (patrimonial, analítico, orçamentário, etc). -----

Sobre a Prestação de Contas: Os documentos contábeis anteriores a esta gestão, todos estão com erros, segundo Murilo. Diz que o Mesquitaprev pagou uma multa de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) por causa destes erros. Informa também que os regimes próprios são isentos de tributos. ---

Contratação da empresa de contabilidade: Murilo, presidente, informa que ficou cerca de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) por mês para assessoria, e que eles corrigirão uma série de erros contábeis que culminou na multa. Informa que o servidor Eliel, é contador de formação e portanto, contador do Mesquitaprev (apesar de não ser concursado para tal), e ainda nomeado como chefe do setor contábil. A empresa de contabilidade treinará o Eliel e vai implementar um sistema de informática que tornará mais prático o serviço. Murilo fala que isso não é despesa e sim, investimento, e que a mesma ficará durante um ano. Informa também que só apareceu esta empresa para a licitação e que ele próprio já averiguou a idoneidade da mesma. Ainda neste ponto, Vivianne manifestou sua insatisfação com as questões apresentadas e que o



ideal é haver concurso público e/ou transferir um contador concursado da prefeitura para o Mesquitaprev, assim como foi feito com todos os funcionários. Edilene e Marise, culminantemente, manifestaram-se também em contrário à colocação do presidente referente à contratação da empresa pois este valor é extremamente absurdo para uma assessoria contábil, e que se o Mesquitaprev não tem servidores, todos são desviados da prefeitura, deveria ser desviado um contador também. Murilo reafirma que ele próprio pesquisou a empresa e disse ser idônea. Edilene coloca que o valor é altíssimo, fora de qualquer padrão, pois tem conhecimento de alguns contadores que prestam consultoria por valores até cinco vezes menor, e que além disso, pela questão do presidente falar na urgência que tem do serviço para a própria empresa, isso diminui qualquer chance de negociação do valor. Murilo explica que a sua atitude não é ilegal e houve uma licitação. Edilene fala que não é ilegal, mas é imoral essa tomada de decisão. Vivianne coloca que a restrita publicação no Diário Oficial de Mesquita apenas, já impossibilita a participação de outros escritórios. Rafael diz que a empresa ganhou a licitação e por isto será com ela o serviço. Os conselheiros presentes na reunião manifestaram-se unanimemente contra esta contratação, tendo em vista a possibilidade de haver no Instituto um contador de carreira, e além disso o valor que será pago é incoerente com o serviço. Murilo diz que está aqui para fazerem as coisas funcionarem. Fala para todos os conselheiros consultarem os salários no portal de transparência. Vivianne diz que o portal da transparência da prefeitura não é confiável porque só publicam o salários base sem as gratificações de nomeações, e que, de fato isto, não traz transparência aos valores reais que recebem estes servidores e nomeados do executivo, inclusive os do subsecretários. Murilo fala que ainda quer fazer a contratação de uma pessoa para digitalizar todos os processos facilitando o arquivo e futuras buscas aos mesmos. Inclusive, a forma de pagamento da CAIXA, que ainda é manual (um a um). Marise pergunta sobre o empréstimo para aposentados, e o presidente faz menção ao deputado Federal Rodrigo Maia, lisonjeando-o, que está em suas mãos o projeto de lei para liberação de empréstimo consignado pelos regimes próprios. -----

Marise questiona a compra da casa pois sente-se desconfortável pela utilização do espaço do fórum, uma vez que não temos garantia de permanência. Murilo diz que vai retomar a pesquisa.

Parcelamento da patronal de 2018 e 2019 que a prefeitura deve pagar em sessenta meses. Diz que além de enviar a prestação de contas para o portal, também encaminhará o TAC atualizado. Fala da questão do concurso, que pretende criar o cargo de assistente social para atender aposentados e pensionistas ou solicitar à secretaria correspondente a cedência de uma profissional pelo menos duas vezes na semana. Diz que a necessidade é real, mas que no momento ainda não há condições. -----

Vivianne pergunta sobre a licitação da clínica para a perícia médica, pede esclarecimentos sobre a licitação, valores e quantitativo de médicos e especialidades que estarão atendendo aos servidores. O presidente fala que somente uma clínica inscreveu-se para a licitação e que ficará cerca de quinze mil reais por mês. Vivianne expõe sua insatisfação, tendo em vista que já foi identificada a necessidade da criação de alguns cargos para o instituto, e ratifica a necessidade do concurso, e ainda solicita esclarecimentos a respeito da documentação da clínica e que seja dado ciência aos conselheiros para que se possa informar aos servidores toda a legalidade e funcionamento da mesma. Rafael também ratifica a necessidade da chamada para concurso. Marise ratifica que com certeza é mais seguro que o instituto tenha médicos concursados a clínica particular e que ao contrário do que o presidente pensa, o médico servidor cumprirá o seu papel com comprometimento na perícia médica, ao contrário da clínica que pode ter interferência de favorecimentos ao legislativo ou executivo, como tem acontecido em diversos municípios. Todos os conselheiros presentes, manifestaram-se em contrário à decisão da contratação de uma clínica



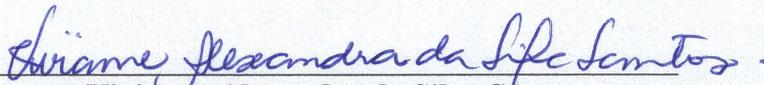
por não confiarem no processo desta terceirização que não afetará apenas os servidores, mas também ao próprio instituto, por não ser a melhor tomada de decisão para um serviço público. Murilo diz assim que a clínica apresentar a documentação, e já que o processo já está em evolução, e que não vê chance de elaborar esse concurso para médicos. Diz que vai sentar para organizar com prioridade a perícia de acordo com o tempo de licença das pessoas, para agilizar a aposentaria dos que já deveriam estar aposentados.-----

Vivianne e Edilene questionam mais uma vez a preparação do edital para o concurso público, principalmente para as funções que estão sendo terceirizadas, que é imprescindível haver concurso para o Instituto. -----

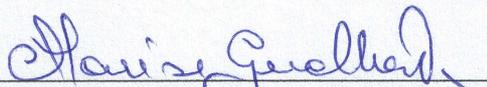
Murilo fala sobre as funções não reconhecidas da educação e das funções de desvio, principalmente o professor que não está em sala de aula. Vivianne coloca que existem funções na escola que também trabalham diretamente com os alunos, não em grupo, mas individualmente, que não se pode generalizar tudo. E que ele precisará de auxílio da secretaria de educação para ter conhecimento o que de fato é a função dentro da escola.-----

Vivianne antes do encerramento, solicita a retificação do acontecido no grupo dos conselheiros (rede social) e diz que enviaram a conversa incompleta ao presidente e que o mesmo foi injusto e precipitado na forma que tratou-a sem ter conhecimento do inteiro teor desta conversa. O presidente falou já ter esquecido e ainda assim a conselheira solicitou o momento para esclarecimento. Os demais conselheiros ratificaram a fala da presidente do conselho fiscal, e deu-se por encerrado o assunto. ----

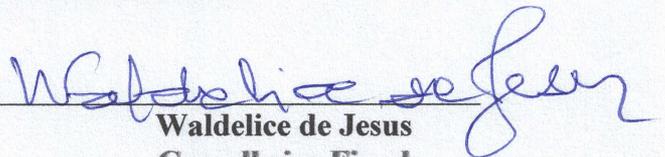
Sendo assim, deu-se por encerrada a terceira reunião do conselho fiscal do Instituto Mesquitaprev. Eu, Vivianne Alexandra, encerro esta ata e assino com os demais conselheiros eleitos e presentes na reunião:



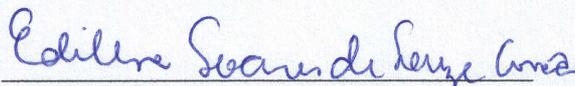
Vivianne Alexandra da Silva Santos
Presidente do Conselho Fiscal



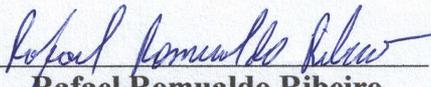
Marise Gualberto
Conselheira Fiscal



Waldelice de Jesus
Conselheira Fiscal



Edilene Soares de Souza Corrêa
Conselheira Fiscal



Rafael Romualdo Ribeiro
Conselheiro Fiscal